

Os estudos regionais na historiografia brasileira

*Marcos Lobato Martins

As últimas décadas têm sido fecundas na produção e divulgação de pesquisas de história regional e local. Basta examinar as grades de programação dos encontros nacionais e regionais de História, os índices das revistas especializadas e os catálogos das editoras universitárias para verificar o crescimento quantitativo e a variedade temática dos trabalhos publicados nesta área. O *boom* da história regional e local no Brasil contemporâneo é realidade irretorquível e de bom fôlego.

Este fôlego de gato da produção em história regional e local é resultado de muitas causas. Uma delas é o conjunto de intensas transformações do espaço nacional gerado pela expansão do agronegócio e dos empreendimentos extrativistas, no Centro-Oeste e na Amazônia. Novos arranjos econômicos, demográficos, políticos e ambientais alteram o ecúmeno brasileiro, exigindo e estimulando a elaboração de estudos regionais. Outra causa do vigor da história regional e local é acadêmica, e está associada à expansão dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras, bem como com o debate aceso sobre o conceito de região e os métodos de análise regional entre geógrafos e economistas.

Mais do que comemorar o crescimento da pesquisa histórica regional e local, o que conta mesmo é assinalar a mudança qualitativa neste campo. As dissertações e teses de hoje têm quilate bem diferente das corografias e memórias que predominaram no século XIX e na primeira metade do século XX. Inventariar as configurações que o saber histórico regional assumiu na trajetória da historiografia do país é o objetivo deste capítulo.

À sombra do IHGB: a proliferação das corografias

Durante o século XIX e boa parte do século XX, os estudos de história regional e local foram produzidos fora de um ambiente propriamente acadêmico, que, aliás, não havia ainda sido construído no país. Os autores destes trabalhos pioneiros sobre o evoluir histórico das regiões e localidades brasileiras trabalharam sob a poderosa influência do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) e de seus congêneres provinciais/estaduais. Neste período, viveu-se o auge das corografias, que conservam estreita ligação com os padrões observados na produção dos cronistas coloniais, como Gabriel Soares, Fernão Cardim, Rocha Pita, Antonil e Aires de Casal. As corografias são

descrições geográficas de regiões e localidades associadas ao relato de fatos históricos destacados nelas ocorridos. A publicação de muitas corografias ficou a cargo dos Institutos Históricos, enquanto outras ganharam edições patrocinadas pelos seus autores. Os corógrafos eram, quase sempre, membros efetivos ou correspondentes dos Institutos Históricos, pessoas bem situadas nas hierarquias sociais e políticas de suas épocas.

O IHGB surgiu em 1838, na capital do Império, inspirado nas confrarias européias de sábios ilustrados, como a Academia Real de História, criada em Lisboa, em 1720, e o Institut Historique de Paris, fundado em 1834. A proposta de criação do IHGB partiu do cônego Januário da Cunha Barbosa e do brigadeiro Raimundo de Cunha Matos, embalada numa linha nativista. Conforme Francisco Iglesias, “*os traços mais notáveis do órgão (...) são o pragmatismo da história e o gosto da pesquisa, (...) o cuidado com a documentação*” (IGLÊSIAS, 2000: 61-62). O caráter oficial e conservador era outra marca do IHGB, cuja principal realização foi editar a sua *Revista*, a partir de 1839 e ainda hoje em circulação. Os membros do IHGB fizeram uma história com função pedagógica, voltada para o despertar do patriotismo entre os jovens das elites brasileiras, acentuando o valor dos modelos legados pelos antepassados. O Instituto teve ramificações por todo o país. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é de 1894; os de Pernambuco, Ceará, São Paulo e Minas Gerais foram formados no início do século XX. Muitos municípios também tiveram seus Institutos, como se pode ver em Minas Gerais.

Talvez a parte mais volumosa da produção dos sócios dos Institutos seja o conjunto de monografias ou memórias histórico-descritivas municipais e regionais elaboradas nos moldes corográficos. Num amálgama de história, tradição e memória coletiva, as corografias tomavam como seu fundamento decisivo o espaço, não o tempo. Um espaço bem recortado, considerado singular, quando não excepcional, em decorrência do quadro natural nele presente e da trama de episódios históricos que nele encontrou desdobramento. Nas corografias, há grande ênfase na demarcação de espaços dentro da vastidão do território nacional, que são estudados de *per si*. O relacionamento do “nacional” com o “regional” e o “local” é reduzido à descrição dos impactos de grandes acontecimentos da história do país nos espaços sub-nacionais. As corografias, seguindo rigorosamente a advertência de Martius (1845), contida em sua monografia vencedora do concurso “Como se deve escrever a história do Brasil”, realizado pelo IHGB, em 1844, procuravam “[satisfazer] não menos ao coração do que à inteligência” (p. 390-411). Os textos dos corógrafos almejavam ser uma espécie de convocação ordenada e eloqüente de recordações e reminiscências do passado, prova incontestável do amor ao passado por parte do corógrafo e instrumento para fazer despertar o mesmo sentimento na população

regional e local.

Por isto, as corografias eram geralmente recheadas de uma história apoteótica, laudatória, antes de tudo um exercício de exaltação dos feitos das elites regionais e locais. A narrativa, a seleção e o encadeamento dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso objetivava mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias.

Além da afirmação de regionalismos consagradores das elites locais, o “espírito” das corografias possuía dois outros traços peculiares: o repúdio às inovações e a ignorância das diferenças entre passado e presente. O passado das regiões e das localidades era invariavelmente tratado como época de “glória”, de “fausto” e de “felicidade”. E o presente visto como mera projeção ou realização do passado, ainda que pudesse haver, em determinadas áreas, certa decadência que reduzia o brilho econômico, social e político de outrora. Não poderia ser de outra forma, uma vez que os corógrafos tendiam a considerar a região e seu povo como dotados de características definidas e perenes, configurando um contexto histórico imutável. Tanto os membros das elites quanto a gente simples do povo compartilhavam “virtudes inatas” e “anseios fundamentais”, de maneira que a sociedade regional ou local era retratada segundo a perspectiva de uma pretensa homogeneidade. A história regional vista pelos corógrafos não é processual, mas algo dado *a priori*, desdobramento necessário de uma entidade mítica – a “região” ou o “local” – cujo princípio vital poderia ser apresentado sob a fórmula “mudar para conservar-se substancialmente igual”. As perturbações, tensões e conflitos que a região experimenta, portanto, deveriam ser atribuídas a causas externas, geralmente associadas a conflitos entre os interesses regionais e os nacionais.

Na virada do século XIX para o século XX, as corografias alcançaram um padrão formal estereotipado. Consistiam de descrições fisiográficas das regiões ou localidades, nas quais os autores elaboravam exposições da flora e da fauna e inventários dos recursos naturais. Em seguida, havia relatos, muitas vezes pormenorizados, da produção econômica, do comércio e dos serviços. Finalmente, os autores das corografias elaboravam efemérides e pequenas biografias de pessoas destacadas da história regional ou local. Para redigir estes trabalhos, os corógrafos freqüentemente empregaram informações orais, obtidas diretamente de “testemunhas” de episódios do passado ou originárias da tradição coletiva e/ou dos grupos familiares. A articulação entre geografia e história era bastante fraca ou mesmo inexistente, o que também ocorria quanto ao problema de relacionar as dimensões “micro” e “macro-espaciais”. As corografias, enfim, eram concebidas como “parcelas da história nacional”. Talvez seus autores pensassem

que a simples soma das corografias de municípios e regiões resultaria, em algum momento futuro, no conhecimento perfeito, à maneira de uma enciclopédia, das províncias (depois estados) e do país.

Vale aqui citar uns poucos exemplos de corografias. Na Bahia, a região mineradora da Chapada Diamantina encontrou em Gonçalo de Athayde Pereira seu maior corógrafo, que escreveu trabalhos sobre os municípios de São João do Paraguassu (Mucugê), Andarahy, Lençóis e Minas do Rio das Contas. O estudo do coronel Durval Vieira de Aguiar, intitulado *Descrições Práticas da Província da Bahia*, serviu de base para a elaboração de muitas monografias referentes a outras regiões baianas (cf. NEVES, 2002). Em Minas Gerais, a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, cuja publicação teve início no ano de 1896, trouxe nas suas primeiras edições muitos exemplares de corografias regionais e municipais. No primeiro grupo, o das corografias regionais, há, para citar apenas duas, o trabalho de José Franklin da Silva Massena, *Panorama do Sul de Minas* (RAPM, Ano IX, Fasc. III e IV), e o de Carlos Ottoni, *Da Diamantina a São Francisco. Impressões de Viagem* (RAPM, Ano XI, 1906). Na mesma categoria, embora bastante alentada, ocupando dois volumes, há a conhecida monografia de Cunha Mattos (1981), *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*, escrita na década de 1830 e publicada originalmente sob os auspícios do APM. No grupo mais numeroso das corografias de municípios, podem ser citadas: a *Corografia do Município de São Domingos do Prata*, de Antônio Serapião de Carvalho (RAPM, Ano I, Fasc. 1, 1896), *Lagoa Santa*, de Álvaro da Silveira (RAPM, Ano XI, 1906), a *Corografia de Minas Novas* (RAPM, Ano IV, 1899) e a *Corografia do município de Rio Pardo*, de Antonino da Silva Neves (RAPM, n. 13, 1908). No caso das corografias publicadas na RAPM, como bem observou Bruno Franco Medeiros (2006), a atenção dedicada à descrição dos quadros naturais cumpre o papel de revelar o lento trabalho de acumulação de elementos (árvores, montanhas, rios, rochas, acidentes geográficos) pela natureza nas diversas porções de Minas Gerais, o que conferia a elas antiguidade milenar, bem como funcionava como meio de realizar a “unidade de uma identidade paisagística”.

No período 1830-1930, no campo dos estudos regionais, as corografias dividiram espaço com as memórias históricas. Estas últimas são obras que combinam, em proporções diferentes, a descrição histórica, o exame de aspectos da tradição e dos costumes e, não raras vezes, o texto autobiográfico. O século XIX mineiro, por exemplo, produziu pelo menos duas extraordinárias memórias históricas.

A primeira, publicada em 1868, é o livro de Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro Frio*. Escrita para os leitores do jornal O

Jequitinhonha, com objetivos modestos (o de dar a conhecer ao povo de Diamantina sua história e auxiliar os mineradores na identificação das áreas outrora exploradas), as *Memórias* ultrapassaram as fronteiras do antigo Tijuco. Rodaram o Brasil e o mundo, fixando por gerações determinada interpretação sobre o território da extração diamantífera. Trata-se da percepção da Demarcação Diamantina como porção atípica do mundo colonial, um “estado dentro do estado”. As *Memórias* representam um esforço de narração dos principais episódios e processos da história de Diamantina, redigida nos cânones da época. É linear, factual, enfatiza os acontecimentos políticos e as alterações da legislação relativa à mineração. As principais fontes de Felício dos Santos (1978), indicadas no texto com muita imprecisão, foram os documentos dos arquivos da extinta Administração Diamantina. Ao lado destes documentos oficiais, o que constitui novidade na época, há a contribuição trazida de manuscritos apócrifos, conservados cuidadosamente por famílias da cidade, e depoimentos de testemunhas que presenciaram episódios mais recentes e ouviram histórias sobre o passado. Por isso mesmo, além do político-administrativo, na obra de Felício dos Santos é possível apanhar um pouco do dinamismo da sociedade que é objeto de suas investigações. Há menções ao meio físico, aos negros escravos e forros, aos vendedores ambulantes e à gente pobre, suas práticas, seus costumes e saberes (MARTINS, 2003: 478-479).

A segunda memória refere-se a Campanha, no sul de Minas, e foi escrita nos anos 1887-1888. É um relato autobiográfico de Francisco de Paula Ferreira de Rezende (1987), titulado *Minhas recordações*. Feita apenas de memória e um pouco às pressas, conforme advertência do próprio autor, a obra possuía objetivo singelo: salvar do completo esquecimento costumes e tradições do seu tempo, homens e figuras que Rezende encontrou em sua vida. A narrativa autobiográfica de Rezende opera como pretexto e fio condutor para a descrição e a análise de variados aspectos da vida no Sul de Minas, entre os anos 1830 a 1890. O quadro familiar, social e político da Campanha oitocentista é apresentado com riqueza de detalhe, porque o autor recolhe “pequenas ninharias” de sua terra. *Minhas recordações*, mais do que expor o “tão grande e tão sem cálculo amor” de Rezende por Minas, também oferece espaço para a tentativa de demonstrar o corte especial das idéias e dos sentimentos que o autor assimilou vivendo entre os mineiros, no seio da terra natal, “com o leite, com o ar e com os anos”. Conforme Rezende,

“não há talvez em parte alguma do mundo um torrão a todos os respeitos tão beneficentemente privilegiado ou tão divinamente abençoado, como é e sempre foi o nosso centro [e sul] de Minas; pois que nele se encontrando tudo quanto realmente se torna indispensável para nossa existência, e podendo o homem, por conseqüência, aí viver, por assim dizer, independente do mundo, o centro de Minas é ainda um lugar (...) onde o espírito, de ordinário, nunca se deprime nem se exalta ou em que o coração e a cabeça, perfeitamente equilibrados, sempre funcionam em liberdade e sem excessos” (p. 40).

Independência, moderação, equilíbrio seriam atributos mineiros por excelência, pensava Ferreira de Rezende. A autobiografia do fazendeiro e magistrado campanhense afigura-se como uma das formulações pioneiras do “espírito de Minas”, da mineiridade, a ideologia política que garantiu coesão às elites dirigentes mineiras na República e contribuiu para projetar nacionalmente sua influência.

Na produção historiográfica do início do Novecentos, marcada pelo predomínio da crônica sobre a parte densa e consistente, há um ponto fora da curva no que respeita aos estudos regionais. Na São Paulo dominada pelas genealogias de bandeirantes, como as elaboradas por Pedro Taques, e pela presença dos escritos volumosos, porém inconsistentes e tradicionais, de Afonso E. Taunay (*História geral das bandeiras e História do café no Brasil*, cujo único mérito está na transcrição de farta documentação), há a presença inovadora de José de Alcântara Machado de Oliveira. Autor de *Vida e morte do bandeirante*, publicado em 1929, Alcântara Machado tratou de reconstituir o cotidiano e a mentalidade dos bandeirantes, usando fontes primárias como testamentos e inventários. Estudou assuntos como a casa bandeirante, o mobiliário e o vestuário, o povoado e o sítio da roça, a família e as devoções, as doenças e os remédios, a justiça e o sertão, jogando por terra a imagem do bandeirante como um “nobre altivo e até refinado” na periferia da colônia. Alcântara Machado fez, no Brasil, história social pioneiramente (IGLÉSIAS, 2000: 168-176).

Outra exceção notável é o cearense Capistrano de Abreu, autor de *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, publicado em 1889, e de *Capítulos de história colonial*, de 1907. Para além da crônica dos fatos históricos, Capistrano de Abreu apresentou uma abordagem articulada e analítica do passado colonial brasileiro, estabelecendo liames entre a conquista da terra e a formação de uma sociedade local, na qual teria surgido, lentamente, um sentimento nativista. Ao invés de se concentrar na história da colonização, como fizera Varnhagen, Capistrano de Abreu colocou seus olhos sobre a sociedade colonial e sua população mestiça e rústica, indicando sua multiplicidade e diversidade, seus contrastes e tensões. Ao abordar assuntos como as bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado, Capistrano de Abreu (1976) demonstrou enorme sensibilidade em relação à vida social e às diversidades regionais. Encontrou vários *Brasis*, muito distintos do “tênue fio litorâneo”. Assinalou as diferenças entre o “litoral do açúcar” e a “civilização do couro”, os contrastes entre paulistas e mineiros, as diferenças nos modos de dormir e de comer, as “incomunicabilidades” entre os múltiplos *Brasis*. Como observou Ronaldo Vainfas (1999: 189), os *Capítulos de história colonial* podem ser

vistos como uma ponte entre a primeira historiografia do IHGB e a geração de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., mais analítica e livre de marcos institucionais.

Convém observar que os numerosos estudos históricos regionais e locais, elaborados sob a sombra do IHGB, alcançaram enraizamento no senso comum, adquiriram prestígio na maior parte das camadas sociais. As corografias e as memórias históricas forneceram os moldes e os elementos informativos para a elaboração do material didático usado nas escolas primárias, quando não foram, elas próprias, os textos de consulta direta dos estudantes. Este é o caso da *Corografia do Município de Diamantina*, escrita e publicada, em 1899, pelo professor José Augusto Neves (1986), para servir aos estudantes da Escola Normal Oficial de Diamantina. Quantas gerações de mineiros estudaram com as obras de Diogo de Vasconcelos e de Augusto de Lima Jr.? Quantos jovens da Zona da Mata leram na escola o livro de Paulo Mercadante (1973), nas aulas de geografia e de história? Em quantas comemorações cívicas locais os campanhenses não ouviram discursos baseados em Ferreira de Rezende?

Também a mídia escrita e televisiva contribuiu decisivamente para divulgar e “blindar” as visões tradicionais presentes nestas histórias regionais e locais, transformando-as em mitologias políticas. O Rio Grande do Sul fornece um dos exemplos mais conhecidos, construído em torno da exaltação da figura do gaúcho. Nas memórias históricas e corografias sulinas, o antigo Rio Grande de São Pedro aparece como região “paladina da liberdade”, sempre envolvida em lutas por “causas justas”. A sociedade regional, por sua vez, é descrita como verdadeira “democracia dos pampas”, habitada por população “branca” cujo trabalho denodado fez do Rio Grande o “celeiro do país”. O gaúcho, retratado como verdadeiro “centauro dos pampas”, seja peão ou estancieiro, é sempre altaneiro, destemido, livre, bravo e honrado. Os mineiros também têm sua mitologia política, cujos elementos são conhecidos no país inteiro.

Ainda hoje, há estudiosos e escritores que pensam a cultura brasileira em termos de estereótipos regionais, cheios de teorias sobre o Brasil, de generalizações que falam de uma cultura baiana, uma cultura carioca, uma cultura paulista e assim por diante. Em 1986, José Honório Rodrigues escreveu que o gaúcho tem semelhança psicológica com o carioca, que é “*inquieta, vivo, agitado, humorado, maldizente e de imaginação rica*”. Ainda conforme Rodrigues, o mineiro seria marcado pela polidez, hospitalidade, sobriedade, frugalidade, sagacidade de espírito e conversação animada; o traço característico do paulista seria a fidelidade, enquanto o do baiano seria a retórica (RODRIGUES, 1986: 32-55).

1930-1950: o predomínio das grandes sínteses

A partir de 1930, o Brasil enveredou por rápido processo de modernização que alterou profundamente sua fisionomia econômica, social, cultural, política e regional. De sociedade rural com economia agroexportadora, o país tornou-se urbano e industrial. A industrialização por substituição de importações trocou a bipolaridade senhor de terras *versus* trabalhador do campo pela dinâmica das classes. Burguesia industrial e operariado urbano adquiriram papéis cada vez mais destacados na cena política nacional. O programa dos modernistas de 22 (sintonizar a cultura brasileira com as vanguardas mundiais e procurar o mais “autêntico” na alma dos brasileiros) fincou raízes, ao mesmo tempo em que a cultura de massas, primeiro com o rádio, depois com a televisão, penetrou todos os poros do território nacional. A educação também se renovou, com a ampliação do ensino técnico e superior. Surgiram as universidades e criaram-se os cursos de ciências sociais, nas faculdades de filosofia e letras e de ciências econômicas.

Já na década de 1940, cursos de história existiam em vários pontos do país. Eles formaram grupos de autores de história de preparo especializado; aos poucos a pesquisa caminhava, conferindo *status* aos seus praticantes. O amadorismo e o beletismo, característicos dos tempos em que a história era lazer de intelectuais e oligarcas, perderam terreno. E o controle da produção historiográfica começou a sair das mãos do IHGB para cair no colo das instituições universitárias. Mas não se pense que a história feita nas academias logo rompeu os cânones ditados pelo IHGB, porque este processo exigiu pelo menos duas décadas. A propósito, vale citar o depoimento da historiadora Maria Yedda Linhares, sobre a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje UFRJ):

“Tornei-me sua assistente [do professor Delgado de Carvalho, da cadeira de História Moderna e Contemporânea] em 1946 (...) O professor de História do Brasil, Helio Vianna, tinha uma concepção estreita de História, factual, político-administrativa. Como catedrático de História do Brasil, não permitia incursão na sua área, o que impedia qualquer tentativa de dinamizar a formação do professor, até mesmo visita aos arquivos pelos alunos, tais como o IHGB, a Biblioteca Nacional e mesmo o Arquivo Nacional. (...) A outra cadeira que poderia abrir alguma possibilidade de pesquisa e renovação era a de História da América. Contudo, o problema parecia ser o mesmo. Sílvio Júlio de Albuquerque Lima também era um professor de outra época, mais literato e jornalista do que historiador” (MORAES e REGO, 2002: 28).

Todavia, nem o poder dos “velhos” catedráticos poderia deter os ventos de renovação trazidos pela nova inserção do Brasil na ordem capitalista. A produção historiográfica recebeu oxigênio, atingiu nível mais elevado, crescendo bastante em qualidade e em quantidade. A historiografia acadêmica pioneira enveredou pela linha das grandes sínteses, da macro-abordagem. Os anos 1930-1950 foram a época das

interpretações do Brasil, polêmicas e influentes. Como se verá a seguir, a abordagem regional foi muito abafada pela força das sínteses nacionais, fato compreensível num país que desejava ansiosamente encontrar sua essência.

Os autores e suas respectivas obras são bem conhecidos, a começar da tríade famosa – Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda –, que paira acima da produção média de seu tempo. Os períodos colonial e imperial, principalmente o primeiro, dominaram o conjunto desta produção. A história econômica e a história social ganharam destaque, ao passo que ocorreu renovação do tratamento dado à história política, que abandonou a atenção exclusiva ao político-administrativo.

No âmbito da história econômica, dois livros, o de Roberto Simonsen e o de Celso Furtado, notadamente o último, dominaram a cena do período. Em 1937 foi publicada, em dois volumes, a *História econômica do Brasil* de Roberto Simonsen. Muito informativa, a obra de Simonsen foi elaborada com o uso de fontes impressas e estudou os “ciclos” da economia no período colonial, detendo-se em 1820. Os ciclos do açúcar, do ouro, do gado e das especiarias do sertão receberam toda a atenção do autor, de modo que Simonsen deu mais impulso à tradicional obsessão com os chamados *produtos-reis*, os que engrossaram a pauta de exportação da colônia. A influência de Simonsen e também de Caio Prado Jr. aparecem na obra de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, de 1959. Também sem pesquisas originais, Furtado produziu o estudo mais influente sobre quatro séculos e meio de trajetória econômica brasileira, dos primeiros tempos à industrialização.

Na obra de Furtado (1995), o fulcro está na análise do Brasil como projeção da economia européia, no sentido de ser uma fonte de matérias-primas e bens primários para consumo externo. Furtado ressalta a conjunção entre escravismo e atividades de exportação até o fim do século XIX, e assinala os movimentos constantes de “deslocamento dos centros dinâmicos” da economia colonial: do açúcar para o ouro, do ouro para o café. Segundo Furtado, a economia brasileira seria caracterizada pela forte dualidade nas áreas econômicas, por um lado, e pelos processos de acentuada regressão quando havia o deslocamento do centro dinâmico para nova atividade e região do Brasil, por outro lado. A dualidade manifestava-se na coexistência de um setor exportador com lucratividade e concentração de renda e propriedade, baseado na mão-de-obra escrava, e de um setor de subsistência, de baixos lucros e produtividade e sem a presença do escravo. Esta seria a organização espacial encontrada em todo o país, de maneira que Furtado relegou a plano muito secundário o mercado interno, as atividades de abastecimento e industriais, as diversidades regionais. Como Furtado enxergava na

demanda (a do trabalho e a propiciada pelos fluxos de renda) o núcleo do processo econômico capitalista, a economia do café assumiu para ele a condição exclusiva de fundamento do setor moderno, enquanto as economias de subsistência de Minas, do Nordeste e mesmo do Sul ficaram associadas ao setor arcaico ou atrasado do país. Por conseguinte, os leitores de Furtado ficaram mais dispostos a estudar o Sudeste cafeeiro e industrial, em detrimento de engajarem-se num programa de ampliação das investigações sobre outras regiões do Brasil.

Caio Prado Jr. também privilegiou a macro-abordagem da história nacional, produzindo dois livros seminais. Em 1933, publicou *Evolução política do Brasil*, obra sintética de história sócio-política, que apreendeu o essencial do exercício do poder na colônia, no processo de independência e no Império. Neste livro, Caio Prado analisa a passagem do poder dos senhores de terra para o Estado, processo acelerado no decorrer do século XVIII. Baseado em fontes impressas em sua maioria já bem conhecidas, em 1942 Caio Prado publicou *Formação do Brasil contemporâneo*, obra na qual busca compreender a totalidade da dinâmica econômica e social da colônia. Partindo da idéia de *sentido da colonização* (ou seja, a postulação de que os movimentos do incipiente capitalismo europeu são o fator explicativo da trajetória colonial), Caio Prado (1961) estuda a grande lavoura e a agricultura de subsistência, com ênfase sobre a *plantation*. O grande domínio e a família patriarcal, ao lado da Igreja, foram tratados, pelo autor paulista, como “célula orgânica da sociedade colonial”; os índios, os escravos e os desclassificados de toda ordem seriam a contra-face “inorgânica”. Por toda a colônia, as cidades não seriam mais do que apêndices rurais. Os escravos e as camadas populares seriam grupos incoerentes que apenas coexistiam e se tocavam. Generalizações fortes, que deram à ordem social colonial de Caio Prado Jr. aspecto demasiado chapado, esquemático, excessivamente homogêneo no quadro da imensidão brasileira. O que fez subsumir certa desimportância para a investigação verticalizada das múltiplas parcelas do território nacional. Caio Prado Jr. não desconheceu a existência de especificidades regionais, mas parece ter acreditado que elas nunca colocariam em xeque seu modelo da formação social brasileira.

Se Caio Prado Jr. e Celso Furtado preferiram a perspectiva da análise histórica macroestrutural da economia brasileira, cabe registrar, a título ilustrativo, a produção de dois trabalhos com abordagem regionalista referentes a São Paulo e a Minas Gerais. Em 1951, Alice P. Canabrava publicou *O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-76)*, com ampla pesquisa de fontes primárias inéditas. Neste trabalho, o declínio do algodão paulista não é explicado tão somente pelas circunstâncias

que envolvem o mercado internacional; para Canabrava (1951), o declínio teria refletido principalmente as condições produtivas e comerciais da área algodoeira paulista, onde os produtores, em geral, contavam com poucos recursos e não tinham acesso a técnicas aperfeiçoadas. Este tipo de explicação “interna”, que não vê o problema como fatalidade implícita na economia colonial, revela a importância da pesquisa voltada para temas mais específicos e espacialmente circunscritos, capaz de apontar aspectos fundamentais que as grandes interpretações, por si, jamais alcançam.

Em 1958, Francisco Iglesias publicou *Política econômica do governo provincial mineiro*, livro no qual aborda, pioneiramente, a economia e a política econômica de Minas a partir de fontes governamentais diversas. Nesta obra, as diferenças econômicas das regiões mineiras são realçadas, bem como as dificuldades que o governo provincial encontrou para tentar dinamizar as Minas Gerais, que assistiam, sem forças para reagir (exceção da Mata mineira), a arrancada econômica paulista. Desta forma, a situação mineira é confrontada com a de São Paulo, revelando a sensibilidade de Iglesias para o problema da diversidade inter e intra-regional no país.

Como se vê, nem tudo era a busca da grande síntese, mas não há dúvida de que ela gozava, então, de *status* bem maior. No campo da história cultural, havia a obra de Gilberto Freyre, outra macro-interpretação do Brasil. Em *Casa-grande e senzala*, de 1933, o escritor pernambucano abordou a formação da família sob o regime patriarcal, nos tempos coloniais. Em *Sobrados e mocambos*, de 1936, examinou a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento urbano, em meados do Império. Em *Ordem e progresso*, livro publicado em 1959, Freyre analisou o processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal sob o regime de trabalho livre, de 1870 a 1920. Esta produção enveredou pioneiramente pelo estudo do cotidiano e das mentalidades, dos aspectos afetivos e psicológicos da “sociedade do açúcar”, valorizando o papel do negro e do mestiço e o trópico, contra as idéias racistas e deterministas do século XIX. *Casa-grande e senzala* logo provocou impacto, despertando acesos debates. Muitos preferiram rejeitar quase inteiramente a obra, enquanto outros reconheceram que não se poderia mais falar do Brasil sem citar o texto de Freyre. Entre os últimos estava Braudel, que, todavia, não se furtou a apontar algumas deficiências nos escritos do ensaísta pernambucano. Convém assinalar as críticas de Braudel (2001: 70-84), porque elas se referem diretamente ao problema das relações entre o “nacional” e o “regional”, e também reportam ao diálogo necessário entre as grandes abordagens e as investigações aprofundadas de objetos mais recortados.

Braudel queixou-se de que, nos textos de Freyre, não apareciam o bandeirante, o

tropeiro e o vaqueiro, símbolos de um Brasil sempre em movimento que desafiava o Brasil sedentário, construtor de cidades, casas e igrejas. Também pôs reparo no fato de que Freyre não estendera suas análises ao terreno da economia. E, principalmente, Braudel censurou a rapidez com que Freyre aplicou ao país inteiro seus argumentos saídos do estudo do Brasil do Norte. Conforme as palavras do historiador francês:

“Seria injusto criticá-lo por não ver o passado mais complexo, por criar hierarquias meio rígidas, por admitir exclusividades e, às vezes, por generalizar demais. O Brasil é um país de contrastes fortes, uma família de civilizações diversas para além de suas semelhanças. Sua história é uma história de acordos e divergências. Negligenciando essas histórias conflitantes, Freyre ficou à vontade para generalizar e estender ao país inteiro as cores e os tons de seu próprio Brasil” (p. 82).

Situação diversa caracteriza o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda entre as décadas de 1930 e 1950. É verdade que seu livro *Raízes do Brasil*, de 1936, pertence ao rol das grandes interpretações do país. Estudo de síntese, esta obra aborda aspectos da formação nacional e a crise das instituições brasileiras, fazendo a denúncia dos vícios da sociabilidade e da cultura política do “homem cordial”. Texto elegante e muito discutido, *Raízes do Brasil*, entretanto, não é o principal trabalho de Sérgio Buarque no campo da história. Nesta área, há pelo menos dois textos fundamentais, produzidos nas décadas de 1940 e 1950. O primeiro é *Monções*, de 1945, e o segundo é *Caminhos e fronteiras*, de 1957. Ambos são exemplares na aplicação do método regionalista no estudo da história brasileira. Os dois livros estão ligados aos temas do bandeirismo e, sobretudo o segundo, fazem análise de técnicas primitivas e da adaptação do homem a situações novas: as formas de sobrevivência, a cultura material copiada dos índios, as forças dinâmicas da fronteira, os costumes resultantes dos processos de lenta aculturação. Sérgio Buarque buscou reconstituir a historicidade das atitudes e comportamentos dos homens que penetraram o sertão, atento às feições distintas dos processos conforme a época e o espaço. Seu interesse residia em “*descortinar no passado as forças que atuaram na formação de cada uma das regiões do país, perscrutar processos espontâneos, peculiares*” (DIAS, 1985: 11).

De qualquer maneira, nem a dedicação de Sérgio Buarque aos estudos regionais alterou o quadro geral de certa pobreza da historiografia brasileira no que se refere às pesquisas de base, o que lhe conferia, até os anos 1950, certa vaguidão. Em meados da década de 1940, Francisco Iglesias reclamara a falta de monografias de história regional mineira. Quase trinta anos depois, num prefácio publicado em 1972, Iglesias reiterava a mesma queixa: “*urge superar esse quadro, de modo que Minas tenha o domínio de sua evolução equiparável à importância que a Unidade tem em outros planos*” (apud. BOSCHI, 2001: 44-45). Esta carência de estudos históricos regionais, que não afetava

apenas a terra das Alterosas, poderia ser tributada, conforme Maria Yedda Linhares, a *“certo preconceito por parte de uma intelectualidade politizada, que achava a pesquisa de base uma coisa reacionária, um atraso, algo de velho ligado a mentalidades passadas”* (MORAES e REGO, 2002: 38). Como se verá, esta situação só mudou definitivamente com a consolidação da pós-graduação no Brasil, a partir da década de 1970.

1960-1970: o embaralhamento do regional e do nacional

A década de 1960 marcou o momento de unificação do mercado interno pelo capitalismo e a transformação do Estado em parceiro e agente privilegiado do capital, em processo que teve São Paulo como centro irradiador da modernização. A década de 1960 também marcou, inequivocamente, o predomínio da produção acadêmica no campo dos estudos históricos no Brasil, que veio acompanhado de maior interesse pela história republicana. As Universidades multiplicaram as pesquisas sobre a trajetória do país e de suas regiões, embora isto ocorresse de modo bastante desigual. Afinal, a assimetria entre os pólos acadêmicos nacionais era evidente, com amplo predomínio de São Paulo, através da USP (Universidade de São Paulo). Na academia brasileira, de qualquer forma, surgiu uma espécie de consenso: o de que havia chegado a hora de abandonar, ainda que temporariamente, a ênfase nas grandes sínteses, julgadas demasiadamente genéricas.

Sob o comando da “locomotiva” paulista, a historiografia brasileira experimentou intensamente dois processos simultâneos. O primeiro deles foi a continuidade na multiplicação da quantidade de trabalhos e na adoção de concepções teóricas atualizadas. O segundo foi o embaralhamento do nacional e do regional. Como havia ocorrido com o século XVII, identificado com a sociedade do açúcar, e com o século XVIII, reduzido praticamente à história da mineração na Capitania das Minas Gerais, o período entre 1850 e 1960 foi identificado com o “modelo paulista”. Mais precisamente, a história do complexo agro-exportador cafeeiro e da industrialização paulista transformou-se no principal sujeito da história econômica e social da República (JANOTTI, 1990). A hegemonia econômica e acadêmica de São Paulo possibilitou a identificação de sua história com a História do Brasil mais recente.

Uma considerável e significativa produção acadêmica articulou-se em torno de temas cruciais levantados pelo estudo da evolução de São Paulo desde a expansão cafeeira. A grande propriedade na lavoura paulista do Vale do Paraíba e do Oeste, a escravidão nas áreas cafeeiras e sua desagregação, a imigração para as áreas rurais e

para as cidades, o café e as ferrovias, o café e as grandes empresas de serviços públicos, as relações entre o complexo cafeeiro e a industrialização: eis uma lista de temas que ocupou muitos historiadores e cientistas sociais nos anos 1960-1970. Dentre eles, a título de exemplo, e sem a pretensão de ser exaustivo, podem ser citados: Fernando Henrique Cardoso, Warren Dean, Delfim Neto, Emília Viotti da Costa, Stanley Stein, Boris Fausto, João Manuel Cardoso de Mello, Odilon Matos, Flávio Saes, Paula Beiguelman e Maria Thereza Schorer Petrone.

Ao lado dos estudos sobre a economia cafeeira e a imigração, também surgiram diversos trabalhos que investigaram o processo de industrialização paulista. Estes trabalhos, a partir de generalizações apressadas, feitas pelos seus autores ou pelos seus leitores, tiveram o efeito de tornar o caso paulista no modelo do desenvolvimento industrial brasileiro. A evolução da indústria, a formação do empresariado, seu pensamento e suas relações com o Estado, as políticas de desenvolvimento e a influência do empresariado no planejamento governamental foram assuntos abordados por autores como Nícia Villela Luz, Warren Dean, Fernando Henrique Cardoso, Edgard Carone, Octávio Ianni, Wilson Suzigan, Annibal V. Villela, Wilson Cano, Darrell Levi, José de Souza Martins e Luciano Martins, dentre outros. Como o avanço da indústria implica a ampliação do trabalho urbano, o desenho de novas classes sociais e a formação de movimentos sindicais, estes assuntos logo constituíram objeto de muitos estudos que tomaram São Paulo como cenário privilegiado. Neste campo, podem ser destacados autores como Maria Hermínia Tavares de Almeida, Letícia Bicalho Canedo, Kenneth P. Erickson, Ricardo Maranhão, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão e Luis Werneck Viana.

As ideologias, os partidos políticos e a atuação das elites dirigentes, a imprensa e a vida urbana no contexto da modernização de São Paulo também despertaram o interesse de cientistas sociais e historiadores. Autores como Maria Stella Martins Bresciani, John Foster Dulles, Sheldon Maran, Richard M. Morse, Maria Helena Rolim Capelato, Maria Lígia Coelho Prado, José Flávio de Oliveira, Simon Schwartzman, Décio Saes, Francisco C. Weffort publicaram trabalhos no interior deste leque temático.

O valor de toda esta produção está fora de dúvida, assim como o fato de que os interesses temáticos da historiografia sobre São Paulo são os mesmos interesses gerais da historiografia brasileira. Porém, qualquer professor ou estudante de história sabe que, ainda hoje, nos livros didáticos empregados no ensino fundamental e médio, a trajetória republicana brasileira é examinada à luz do “modelo paulista”. São Paulo é o Brasil, quando o assunto é café, imigração, industrialização, trabalho e conflito social urbano,

movimentos sindicais e populares, partidos e ideologias modernos, vida metropolitana, etc. A culpa desta distorção não é da historiografia sobre São Paulo, embora esta talvez tenha se deixado cegar pelo brilho excessivo da Unidade no quadro do desenvolvimento brasileiro ocorrido desde o último quartel do século XIX. Pode-se pensar, alternativamente, que a historiografia desenvolvida em São Paulo nos anos 1960-1970 refletiu uma particular construção da modernidade e do Estado-nação. A representação, elaborada e acalentada pelas elites paulistas no decorrer da República, que

“atrelava as possibilidades de futuro à condição de se impor o exemplo paulista ao conjunto do país. Cada vez mais a nação foi sendo identificada ao Estado de São Paulo que, com suas fazendas, indústrias, ferrovias e grandes cidades, desfrutava de uma prosperidade econômica sem similar no país” (LUCA, 1999: 78).

Mas deve-se responsabilizar principalmente a fraqueza da pesquisa de base realizada em outras partes do Brasil pelo embaralhamento do regional, no caso o regional paulista, e do nacional. Fora do eixo Rio – São Paulo, muito do que se fazia no campo dos estudos regionais ressentiu-se desta construção mitológica que atribuía a São Paulo toda e qualquer positividade contida na idéia do Brasil moderno, urbano e industrial. As outras porções do território nacional freqüentemente foram estudadas a partir de uma perspectiva da negatividade, da falta, da carência deste ou daquele elemento que marcaria a distância em relação ao êxito paulista. O espelho São Paulo era o instrumento por meio do qual as diversas regiões brasileiras deveriam buscar a auto-compreensão e a ação transformadora.

Neste ponto, deve-se assinalar a importante obra de Evaldo Cabral de Mello relativa à história de Pernambuco. Realizada fora da academia, a obra de Mello desde a década de 1970 lança luz sobre o Nordeste açucareiro, em livros como *Olinda restaurada* (1975), *O Norte agrário e o Império* (1984) e *Rubro veio* (1986). Conforme Evaldo Cabral de Mello, o objetivo de seu trabalho é dar visibilidade ao fato de que os pernambucanos tiveram

“uma trajetória especial na história brasileira, e essa trajetória ficou na sombra desde o período monárquico, devido ao que eu [Mello] chamo a ‘história saquarema’, a historiografia feita no eixo Rio – São Paulo para louvar o modelo de construção nacional adotado desde a independência. (...) A história regional é [para Cabral de Mello] uma maneira de escapar, por um lado, à historiografia saquarema, por outro, aos modismos (...), que às vezes degeneram no que Oakeshott chamava ‘política retrospectiva’” (MORAES e REGO, 2002: 153-154).

Numa vertente mais política, os anos 1970 viram a publicação de importantes estudos de *brazilianists* que exploraram o regionalismo político na República Velha, trabalhos que obtiveram grande repercussão no Brasil. Numa perspectiva empirista, que privilegiava os limites administrativos, as estruturas políticas e associavam as identidades regionais inteiramente às ações das elites dirigentes estaduais, autores como Joseph

Love (1971 e 1980), John Wirth (1977), Robert Levine (1978) e Eul-soo Pang (1979) exploraram a história regional do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia e os comportamentos de seus políticos no cenário nacional em função da descentralização que caracterizou a Primeira República. Em comum, todos estes autores enfatizaram o declínio gradual das identidades regionais e da força política das elites locais, que não teriam resistido às transformações que conduziram ao Estado nacional forte e centralizado. Desta forma, embora tivessem o mérito de chamar a atenção para o significado do regionalismo, eles não questionaram a metanarrativa sobre a nação e o “estado forte”, hegemônica desde Vargas. Os citados *brazilianists* escrevem sobre a história do Brasil como se houvesse um “centro” nacional claramente identificado e “periferias” regionais objetivamente definidas, cujo destino seria o de perder suas características e identidades específicas à medida que o tempo passa e o “nacional” ganha corpo.

Somente na virada da década de 1970 para a de 1980, a expansão da pós-graduação (no Rio de Janeiro e, depois, para além do eixo Rio – São Paulo) promoveu o início do esforço para livrar a historiografia brasileira das tentações reducionistas que a acompanharam desde sempre. Ao estimular as pesquisas em acervos regionais e locais, a pós-graduação em História desenvolveu nas novas gerações de historiadores o apreço pelas conexões intrincadas e oblíquas entre o regional, o local e o nacional, em que o elemento espacial ganha relevância, ombreando-se ao tempo.

Da década de 1980 aos dias de hoje: a onda dos estudos regionais

Em meados da década de 1980, em várias partes do Brasil funcionavam cursos de pós-graduação em História, o que significava a superação definitiva da situação existente até a primeira metade da década anterior. O mestrado em História da USP havia sido implantado no período 1963-1965 e, até o ano de 1975, somente esta universidade oferecia curso de doutorado. Desde então, apareceram progressivamente pós-graduações no Rio de Janeiro e em outras unidades da federação. Esta expansão e desconcentração da pós-graduação foram fatores cruciais para o salto de qualidade da historiografia brasileira e também para a onda de interesse que surgiu no campo dos estudos regionais. No interior dos programas de mestrado e doutorado, os estudantes ampliaram o trabalho com temas e acervos documentais regionais e locais, abandonando a atitude, até então imperante, de lidar com descrições e informações repetidas, tiradas de fontes recorrentemente compulsadas. Nos novos pólos da pesquisa histórica brasileira, generalizou-se a percepção de que, na medida em que os grandes livros estavam feitos e

as grandes interpretações consagradas, o conhecimento historiográfico pouco se desenvolvera. De maneira que era urgente levar adiante o esforço de começar pela base e não pelos grandes nomes. A pesquisa histórica passou a se preocupar com a história miúda, a história local, a construção de bancos de dados de todo tipo.

Um ponto importante na trajetória de expansão da pós-graduação foi a criação, no âmbito da FGV/RJ (Fundação Getúlio Vargas), em 1976, do Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, que abrigou por alguns anos um mestrado voltado para a problemática agrícola no país. Neste centro, a professora Maria Yedda Linhares colocou em prática um projeto de levantamento de fontes para a história agrária nos arquivos do Norte e do Nordeste, um esforço praticamente inédito no país. Deste projeto resultaram os livros *História do Abastecimento* (1979) e *História da agricultura brasileira* (1980), que apontaram para a urgência de pesquisas extensas e múltiplas, voltadas para a produção de alimentos e para o mercado interno. Em torno deste programa e das atividades do referido Centro, o professor Ciro Flamarion Cardoso fez a defesa da história regional como história agrária, ou da história agrária como história regional. Também na segunda metade da década de 1970, surgiu a pós-graduação em História na UFF (Universidade Federal Fluminense), sediada na cidade de Niterói.

Assim, no Rio de Janeiro dos anos 1980, tanto na UFF quanto na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), formou-se um pólo de excelência nas pesquisas históricas de base, levando a termo o apelo feito por Ciro Flamarion: é necessário contar as vacas. Destes centros saíram nomes como João Fragoso, Manolo Florentino, Hebe Mattos de Castro, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sheila de Castro Faria e Márcia Menendes Motta. Os trabalhos destes historiadores, publicados nos anos 1980, abordaram o mercado interno no Nordeste, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o tráfico direto, mostrando o papel significativo do “capital residente” e o dinamismo e a diversificação das atividades ligadas ao abastecimento.

Em outras partes do Brasil, o novo interesse pelo regionalismo e pela história regional desdobrou-se, em grande medida, dentro de uma visada neomarxista, particularmente na perspectiva de Gramsci, que privilegia os interesses materiais e os discursos hegemônicos das elites sócio-econômicas. Muitos pesquisadores criticaram as antigas tendências de “naturalizar” as divisões e identidades regionais, argumentando em favor da necessidade de observar a historicidade das regiões em relação ao processo de desenvolvimento capitalista. Nessa perspectiva, a história regional tem sido compreendida em termos da articulação de diferentes modos de produção (ou da natureza desigual do desenvolvimento capitalista) e do papel do Estado, especialmente no que diz respeito à

mediação dos interesses das elites hegemônicas e das elites locais subalternas. Esta abordagem da história regional é exemplificada pelos trabalhos que compõem a coletânea *República em migalhas*, publicada em 1990 e derivada de debates ocorridos numa sessão da ANPUH realizada em 1985. Este livro disparou um debate significativo sobre o conceito de região e sobre os usos da abordagem regional na historiografia brasileira.

Na mesma década de 1980, novas pesquisas sobre o Oitocentos mineiro, desenvolvidas no âmbito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), promoveram uma profunda revisão dos pontos de vista clássicos, que enfatizavam a decadência inexorável da província mediterrânea após a crise da mineração em fins do século XVIII. Os trabalhos de Roberto Borges Martins (1980), Douglas Cole Libby (1988), Clotilde Andrade Paiva e outros despertaram ampla atenção e foram objeto de debate dentro e fora do Brasil. Para João Antônio de Paula, a trajetória econômica de Minas Gerais foi “*duplamente distorcida*” na tradição historiográfica que ele denomina de “comercialista”: teria havido “*incompreensão da economia mineratória, que é superestimada*” e também “*incompreensão da economia não mineratória que é desconsiderada*” (PAULA, 1988). Desta forma, estes estudiosos também contribuíram para mostrar a diversidade das realidades históricas regionais. No caso da província mineira, os novos estudos evidenciaram o nível de diversificação produtiva e de auto-suficiência alcançado, capaz de conservar uma escravaria numerosa sem ligação imediata com atividades de exportação na antiga “capitania do ouro”. Especificidades como estas mal cabiam dentro dos modelos teóricos pré-concebidos e haviam escapado quase inteiramente às grandes sínteses produzidas no período 1930-1950.

Para mencionar um último exemplo, tome-se o caso da Bahia. A originalidade da província baiana foi bem estudada, nas décadas de 1970 e 1980, por Kátia Queirós Mattoso e João José Reis. Além do escravismo, Kátia Mattoso (1978) estudou o abastecimento e o comércio soteropolitano no Oitocentos. Os trabalhos de Reis, *Negociação e conflito* (1981) e *Rebelião escrava no Brasil* (1986), concentraram-se nas estratégias de negociação postas em prática pelos escravos e nos aspectos da experiência africana na Bahia.

O que fica claro, portanto, é o interesse crescente que os estudos regionais alcançaram no último quartel do século XX. A abordagem regional, a “história ao microscópio”, conforme a conhecida expressão de Pierre Goubert, avançou ainda mais até os dias de hoje. A partir dos anos 1990, a produção neste campo tornou-se consideravelmente volumosa.

Enfim, pode-se dizer que, atualmente, os historiadores brasileiros, e não apenas

eles, estão mais ocupados em documentar experiências sociais e aspectos específicos da formação, múltipla e diversa, da sociedade brasileira. Rejeitam a síntese construída com observações genéricas e querem fazer avançar o conhecimento, porque aceitam o fato de que ainda é desconhecida grande parte da História do Brasil. Para alterar este quadro, os estudos regionais parecem ter papel importante a jogar.

* Capítulo 2 do livro “História e Estudos Regionais”.